



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada**
2 **aos doze dias do mês de junho de 2013.** Estiveram presentes os conselheiros municipais
3 de saúde, conforme lista de presença em anexo. O Presidente Sr. **José Paulo Porsani**
4 iniciou a reunião, dando as boas vindas aos presentes. Em seguida, fez a leitura da pauta
5 do dia: **1) Informes; 2) Votação da ata do dia 22 de maio de 2013; 3) Apresentação,**
6 **discussão e deliberação sobre a renovação do convênio entre a Secretaria Municipal de**
7 **Saúde e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Campinas – APAE; 4)**
8 **Apresentação, discussão e deliberação sobre o Termo Aditivo ao convênio n.º 75/11,**
9 **firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Síndrome de Down; 5)**
10 **Cronograma sobre a municipalização do Complexo Hospital Ouro Verde.** Após,
11 encaminhou deliberação, sobre o item 2 da pauta, pela não apreciação da ata referente à
12 reunião do dia vinte e dois de maio de 2013, pois faltavam complementos relevantes que
13 foram discutidos na reunião da Comissão Executiva em 12 de junho de 2013, propondo a
14 seguir que sua leitura e análise fossem prorrogadas para a próxima reunião do pleno do
15 Conselho Municipal de Saúde em 26 de junho de 2013, o que foi aprovado por
16 unanimidade pelos conselheiros de saúde, após processo de votação. A seguir, o Sr.
17 **Porsani** passou para o item 1 da pauta – **informes: Sr. Gerardo Mendes de Melo**
18 expressou sua indignação quanto ao tratamento dado pelo governo municipal aos
19 servidores municipais que aderiram à greve da categoria e propôs que os conselheiros
20 aprovassem uma moção de repúdio ao Governo Jonas Donizette, pelas ameaças feitas
21 aos trabalhadores. Em seguida fez um convite para o debate: Desafios do SUS e a Crise da
22 Saúde em Campinas, promovido pelo Movimento Popular de Saúde, no dia 15 de junho
23 de 2013, das 9h00 às 16h00, no Sindicato dos Frentistas. **Sr. Felipe Monte Cardoso**
24 informou sobre o seminário promovido pela Frente Nacional Contra a Privatização da
25 Saúde, ocorrido no último fim de semana, onde foram debatidos temas referentes ao que
26 ele considera um verdadeiro ataque à construção de um Sistema Único de Saúde
27 totalmente público e gratuito. Continuou sua intervenção questionando o Sr. Secretário
28 Municipal de Saúde, Dr. Cármino Antonio de Souza, sobre um debate ocorrido na
29 Faculdade de Ciências e Letras da UNICAMP no qual foi colocada a possibilidade da
30 Universidade vir a ser a gestora do Complexo Hospitalar Ouro Verde. **Sra. Izabel Pereira**
31 **de Oliveira** manifestou-se contrariamente à forma de como a gestão encaminhou o
32 fechamento das farmácias nas Unidades Básicas de Saúde da região Noroeste, sem ter
33 discutido antes com o Conselho Distrital de Saúde Noroeste e os Conselhos Locais de
34 Saúde. Questionou o Sr. Secretário, Dr. Cármino, em relação aos prazos antes
35 estabelecidos para a reposição e contratação de farmacêuticos e cobrou uma solução
36 quanto à reabertura das farmácias. **Sra. Maria Regina Nascimento** fez um convite para o
37 Fórum que acontecerá no salão de convenções da Unicamp no próximo dia 25 de junho,
38 referente à pesquisa feita por ela sobre autonomia de medicação. **Sr. Paulo Tavares**
39 **Mariante** informou sobre o 4º Seminário da Frente Nacional Contra a Privatização da
40 Saúde que foi realizado em Florianópolis, que contou com a presença expressiva de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 militantes que lutam pela defesa do SUS e contra a privatização do serviço público de
42 saúde. Continuou sua intervenção criticando o recuo da campanha junto ao público de
43 profissionais do sexo, de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, promovida
44 pelo Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Alexandre Padilha. Este recuo, no seu
45 entender, se deu pela pressão do conservadorismo religioso, que de forma alguma pode
46 ser aceito, pelo caráter laico do Estado brasileiro. Colocou, ainda, que essa pressão seria
47 uma forma de privatização da saúde. Propôs uma moção de repúdio ao Ministro Padilha
48 pela atitude que levou ao recuo da campanha. **Sra. Maria Helena Nogueira** começou sua
49 intervenção pedindo esclarecimentos sobre a situação atual no atendimento do
50 Laboratório Municipal, porque ainda existem diversos exames que não estão sendo
51 realizados. Solicitou, também, à gestão da Secretaria Municipal de Saúde, uma posição
52 sobre a portaria do Ministério da Saúde que dispõe sobre a implementação de Academias
53 de Saúde nas cinco regiões distritais. Mencionou que a única academia existente, que foi
54 implantada pelo programa DST/AIDS, está em condições precárias. **Sra. Sueli**, do
55 Conselho Distrital de Saúde Noroeste, fez a leitura de uma carta dos usuários ao Sr.
56 Secretário Municipal de Saúde, Dr. Cármino, onde pedem esclarecimentos e questionam
57 sobre o fechamento das farmácias das Unidades de Saúde da região. **Sr. Valdir Oliveira**,
58 do Conselho Distrital de Saúde Norte, pediu explicações à gestão da saúde sobre como
59 ficaria o atendimento à população com o fechamento, para reforma, do Pronto
60 Atendimento Anchieta, principalmente após o término do horário de funcionamento do
61 Centro de Saúde da Vila Padre Anchieta às 19 horas, pois os usuários não podem ficar
62 sem atendimento básico a partir deste horário. Convidou o Conselho Municipal de Saúde
63 para uma visita ao Centro de Saúde, onde está instalada uma equipe do PA Anchieta, para
64 os atendimentos emergenciais e urgentes, mas só das 7 horas às 19 horas. **Sr. Edison**
65 **Martins da Silveira** colocou da necessidade de urgência da reforma do PA Anchieta
66 devido à situação precária que se encontrava o prédio, prejudicando muito a prestação
67 do serviço. Informou que houve um esforço conjunto de diversos setores da saúde, como
68 o Departamento Administrativo; Hospital Municipal Dr. Mário Gatti; Setor de Obras,
69 dentre outros, e que foram analisadas as consequências no atendimento à população.
70 Informou que o deslocamento de uma equipe do Pronto Atendimento da Vila Padre
71 Anchieta ao Centro de Saúde da Vila Padre Anchieta, para atender parte da demanda, foi
72 o possível a ser feito, embora o desconforto da população nas duas ou três semanas
73 prevista para a reforma. Destacou, também, que os demais trabalhadores do PA Anchieta
74 foram distribuídos entre os demais serviços de Pronto Atendimento, para poder atender
75 o aumento da demanda devido a reforma. Comunicou, ainda, que as questões jurídicas
76 que estavam postas para a continuidade da construção do Pronto Atendimento da Região
77 Suleste, foram resolvidas, proporcionando a retomada das obras. **Sra. Wilma Rosendo da**
78 **Silva** começou sua intervenção tecendo críticas ao tratamento dado ao Conselho
79 Municipal de Saúde, pela gestão atual. Citou o envio ao Conselho Fiscal da minuta
80 incompleta, faltando páginas, do convênio com a Sociedade Regional de Ensino de Saúde



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 S/C Ltda., mantenedora da Faculdade São Leopoldo Mandic. Questionou a afirmação da
82 gestão de que o referido convênio foi aprovado pelo pleno do Conselho Municipal de
83 Saúde, o que não é de seu conhecimento. Comunicou que o Conselho Fiscal irá tomar as
84 medidas necessárias para ter acesso à minuta completa do termo de convênio. **Sra. Eloísa**
85 **Israel de Macedo**, coordenadora da Comissão Executiva deu os informes da Secretaria
86 Executiva. Começou informando das dificuldades para preparar a reunião e apresentou a
87 Sra. Marilucia Castro Cassanjes, que já está prestando serviços no Conselho Municipal e o
88 Sr. Paulo André Sawazki, a partir do dia 19 de junho, como servidores disponibilizados
89 pela Secretaria Municipal de Saúde. Informou, ainda, que o Sr. Paulo André foi indicado
90 pela Comissão Executiva para secretariar as reuniões do pleno do Conselho Municipal de
91 Saúde a partir desta reunião. Espera, assim, que as dificuldades referentes ao
92 funcionamento do Conselho sejam sanadas. Colocou a solicitação, via protocolo, da
93 contratação de mais dois administrativos para o Conselho e que a resposta recebida foi
94 da possibilidade da indicação destes, assim que forem sendo convocados os aprovados do
95 último concurso público. Sobre os gravadores para serem usados nas reuniões falou da
96 solicitação de três gravadores, que estavam sendo providenciados pela gestão.
97 Comunicou que o Grupo Técnico que foi constituído para tratar da autonomia do
98 Conselho Municipal de Saúde fará uma reunião no dia 24 de junho de 2013, às 9h00, e
99 convidou os conselheiros que quiserem fazer parte deste Grupo Técnico, a participar
100 dessa reunião. Falou do "tooner" para a impressora do Conselho, cujo pedido de compra
101 já foi feito ao Departamento Administrativo. Diante dos questionamentos e pedidos de
102 esclarecimentos feitos diretamente ao Sr. Secretário Municipal de Saúde, o **Sr. Porsani**
103 passou a palavra para o **Dr. Cármino Antonio de Souza** que começou sua intervenção
104 respondendo a questão do comportamento do Governo Municipal diante da greve, que
105 foi considerada ilegal e dessa forma foi tratada pelo Governo, principalmente pelos
106 problemas sérios na área dos técnicos de radiologia, que criaram um enorme desconforto
107 a população; que não houve por parte do Governo nenhum tratamento de violência ou
108 de assédio aos trabalhadores em greve. Em relação a Unicamp, respondeu que não houve
109 nenhuma solicitação referente à gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. O que
110 acontece é que a Unicamp, assim como a PUCC, têm participado das discussões sobre o
111 Hospital Ouro Verde e que há um interesse da Unicamp em aumentar sua participação no
112 atendimento à saúde em Campinas. A respeito das farmácias na região Noroeste, oito
113 técnicos de farmácia estão em LTS - Licença Tratamento Saúde – e com a proibição do
114 COREM de que os técnicos em enfermagem não podem mais dispensar medicamentos, a
115 situação se agravou. Passou em seguida a apresentar os dados do concurso para
116 farmacêuticos, no qual 98 foram aprovados e estão sendo chamados 25. Sobre técnicos
117 de farmácia, do concurso de 2011, dos 141 aprovados 116 foram efetivados e do
118 concurso de 2012, onde 20 vagas foram abertas, este será homologado no dia 28 de
119 junho, com a expectativa do exercício a partir do dia 1º de agosto de 2013. Na questão do
120 Laboratório o Sr. Secretário informou que recebeu nesta data um e-mail da diretora do



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 Laboratório comunicando a regularização do atendimento a partir de segunda-feira, dia
122 17 de junho de 2013. Em relação às Academias de Saúde, informou que foram solicitadas
123 5 Academias ao Ministério da Saúde, num trabalho que foi feito em conjunto com o Sr.
124 Nacle, servidor responsável pelo projeto, e que 4 destas solicitações apresentaram
125 problema com a documentação, que já está sendo resolvido pela Secretaria Municipal de
126 Saúde. Aproveitou a fala em relação à reforma do PA Anchieta para agradecer ao
127 Conselheiro Sr. Valdir pelo empenho no encaminhamento da reforma. No que diz
128 respeito ao convênio com a Faculdade São Leopoldo Mandic, o Sr. Secretário informou
129 que o convênio foi firmado no Governo Hélio e aprovado pelo Conselho Municipal de
130 Saúde. O processo que compôs o pedido ao Ministério de Educação e Cultura da abertura
131 da Faculdade de Medicina, foi totalmente consentido por esta municipalidade até a sua
132 aprovação e que todo convênio de cooperação técnica não tem causa financeira.

133 **Sr. Porsani** fez uso da palavra para apresentar um convite da FEAC de um Seminário no
134 dia 20 de junho de 2013 sobre: Participação das Entidades Privadas nas Políticas Públicas.
135 Fez, também, a leitura de uma Moção de Protesto pela Interrupção da Concessão de
136 Órteses e Próteses no Município de Campinas, encaminhada pelo Movimento de Pessoas
137 com Deficiência e pela F.C.D. – Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência.
138 Encaminhou a moção para votação, que foi aprovada pela maioria dos conselheiros, com
139 seis abstenções. Nesta questão o Sr. Secretário Municipal de Saúde explicou que a AACD,
140 que concedia as próteses, rompeu o convênio em 2010 devido à instabilidade política e
141 que já está sendo providenciada pela gestão a retomada do convênio. Sr. Porsani voltou a
142 fazer uso da palavra para informar que não foi discutido pelo pleno do Conselho
143 Municipal de Saúde documento algum referente ao convênio com a Faculdade São
144 Leopoldo Mandic. E que será enviado formalmente, conforme decisão da executiva,
145 pedido de informações de quem assinou essa autorização, bem como tomar as devidas
146 providências para esclarecer esta questão. Informou seu relato na reunião da executiva
147 desta data, de que foi procurado, no começo desta gestão, pelo ex-presidente deste
148 Conselho Municipal de Saúde, pedindo apoio com a assinatura num documento como
149 este, tendo se recusado a assinar e pedir para o documento ser encaminhado ao pleno
150 deste Conselho Municipal para apreciação dos conselheiros. Colocou, ainda que a
151 Executiva do Conselho vai pautar para próximas reuniões os convênios com as
152 Faculdades, afim de que todos possam compreender melhor estes convênios com estas
153 Instituições de Ensino. Encerrados os informes passou-se para o item 3 da pauta:
154 **Apresentação, discussão e deliberação sobre a renovação do convênio entre a**
155 **Secretaria Municipal de Saúde e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de**
156 **Campinas – APAE.** **Sra. Osmarina** fez a apresentação do convênio que tem por objeto
157 estabelecer e desenvolver, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, um
158 Programa de Parceria na Assistência à Saúde destinada às pessoas com deficiência
159 intelectual e/ou necessidades especiais, visando garantir a assistência integral, bem como
160 a integração social desses pacientes, para o pleno desenvolvimento de suas



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 potencialidades na esfera do Sistema Único de Saúde. Após a apresentação a **Sra. Erica**,
162 da comissão de acompanhamento do convênio, fez uso da palavra dizendo que o
163 convênio com a APAE excelente, não deixando nada a desejar. Fez um pedido para que
164 mais conselheiros viessem a fazer parte da comissão de acompanhamento. Apresentou
165 parecer favorável à renovação do convênio. Em seguida o **Sr. Porsani** encaminhou para
166 votação dos conselheiros a **renovação do convênio entre a Secretaria Municipal de**
167 **Saúde e a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Campinas – APAE**, até 2015,
168 que foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros. Passou-se então para o item 4 da
169 pauta: **Apresentação, discussão e deliberação sobre o Termo Aditivo ao convênio n.º**
170 **75/11, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Fundação Síndrome de Down.**
171 Novamente a **Sra. Osmarina** fez a apresentação explicando da necessidade do aditivo ao
172 convênio que se encerra em 2016. O objetivo é de qualificar e ampliar o atendimento
173 baseado na proposta de universabilidade do Sistema Único de Saúde – SUS, como
174 também atuar para o entendimento de outras instituições – de saúde; educacionais;
175 promotoras do trabalho; culturais – das especificidades dos portadores da Síndrome de
176 Down. Após, foi dada a palavra a **Sra. Erica**, da comissão de acompanhamento do
177 convênio que discorreu sobre a importância do convênio e da necessidade de mais
178 conselheiros participarem da comissão de acompanhamento do convênio. Apresentou
179 parecer favorável ao convênio. **Sra. Matilde** fez uso da palavra dizendo da valorização do
180 trabalho com a deficiência. Que é necessário capacitar os profissionais para um
181 atendimento mais humanizado, principalmente na área da saúde. **Sra. Izabel** fez uma
182 sugestão, que já havia sido discutida na Comissão Eleitoral, da possibilidade de se criar
183 um Conselho Local de Saúde, tanto na APAE quanto na Fundação Síndrome de Down,
184 diante da dificuldade de ter mais conselheiros municipais nas comissões de
185 acompanhamento dos convênios com estas duas instituições. **Sr. Luiz** informou que
186 participou da solenidade da criação da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência,
187 como representante do Conselho Municipal de Saúde. Solicitou que os demais
188 conselheiros tomem conhecimento dessa nova secretaria devido à transversalidade da
189 sua atuação com outras secretarias. Citou o exemplo das novas determinações da
190 Secretaria de Educação, da qual algumas atividades com pessoas com deficiência,
191 passarão para a Secretaria de Saúde, que não teve representante na apresentação da
192 nova Secretaria. Considerou estas novas diretrizes da Educação um problema grave que o
193 levou a oficiar o Ministério Público. **Sr. Paulo Mariente** manifestou-se dizendo que não
194 questiona o valor gasto com recursos humanos com as duas entidades e reconhece as
195 limitações em outras questões, como na contra partida. No caso da APAE falou das
196 necessidades e dificuldades de todas do Estado de São Paulo, cuja verba estadual, de tão
197 baixa, exige todo ano que se mobilizem junto aos deputados estaduais para garantir pelo
198 menos o mínimo. Se referindo à intervenção da Sra. Matilde, propôs estudos, com a
199 participação das respectivas comissões de acompanhamento, para que as próprias
200 entidades conveniadas participem da capacitação dos profissionais no atendimento às



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 pessoas com deficiência. **Sra. Osmarina** informou que esta discussão já está ocorrendo,
202 inclusive com os distritos de saúde. **Dr. Cármino** dirigiu-se ao Sr. Luiz fazendo um pedido
203 de desculpas pela não participação no lançamento da Secretaria Municipal de Pessoas
204 com Deficiência, devido a um problema de comunicação interna dentro da Secretaria de
205 Saúde. Deixou claro que a gestão da saúde apóia a criação dessa Secretaria e que
206 trabalhará junto à mesma, assim como a Secretaria de Educação, no atendimento aos
207 usuários com deficiência. **Sr. Porsani** colocou então em processo de votação o **Termo**
208 **Aditivo ao convênio n.º 75/11, firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde e a**
209 **Fundação Síndrome de Down**, o qual foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros.
210 Ainda referente a esses dois itens da pauta a atendendo às solicitações para participar
211 das comissões de acompanhamento, a conselheira Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva e o
212 conselheiro Sr. Luís Cláudio Pinto da Silva, apresentaram-se para compor as comissões.
213 **Sr. Porsani** encaminhou o último item da pauta: **5 - Cronograma sobre a municipalização**
214 **do Complexo Hospital Ouro Verde**. Sr. Edison começou sua intervenção informando que
215 o cronograma da municipalização foi pautado para a reunião do pleno no próximo dia 26
216 de junho devido a questões jurídicas e do executivo que precisam ser respondidas, e que
217 nesta data trouxe dois resultados do trabalho da comissão técnica que analisou os
218 impactos da municipalização na Lei de Responsabilidade Fiscal, um se fosse constituída
219 uma Autarquia e outro uma Fundação, baseada nas informações da Secretaria de
220 Finanças, Secretaria de Assuntos Jurídicos e no cálculo que a comissão anterior fez.
221 Informou, ainda, que hoje o Complexo Hospitalar Ouro Verde está com 1.440
222 funcionários, sendo 38 médicos residentes. Continuou falando que dependendo do
223 modelo de gestão os percentuais com gasto na folha de pagamento do município
224 atingiriam 52,27% em 2013, 54,78% em 2014 e 56,87% em 2015. Diante disto afirmou
225 que ficaria inviabilizado que o Complexo Hospitalar Ouro Verde passasse a ser uma
226 Autarquia e que, portanto, o mais viável seria a criação de uma Fundação, pois não
227 haveria impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressaltou que a proposta da
228 modalidade de Fundação já tinha sido amplamente discutida no Conselho Municipal de
229 Saúde, sendo inclusive aprovada. Informou, também, que foi instituída uma comissão de
230 acompanhamento do processo de municipalização, constituída por representantes das
231 Universidades, da Secretaria Estadual da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e do
232 Ministério da Saúde, além da comissão existente, que já faz um acompanhamento efetivo
233 dentro do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Dr. Cármino informou que esteve com o
234 Prefeito Jonas Donizette para tratar deste tema e apresentar os documentos referentes e
235 que o mesmo se mostrou disposto a encaminhar o processo, após os pareceres jurídicos e
236 financeiros e de acordo com os interesses do executivo. Falou que a nova UTI está em
237 fase final de instalação, que será totalmente custeada pelo Estado, com valores na ordem
238 de R\$ 1,5 milhão por mês. Afirmou que o modelo de gestão do Complexo não é de
239 transferência para a SPDM, mas sim de monitoramento pela Secretaria Municipal de
240 Saúde. Defendeu a modalidade de Fundação, citando como exemplo o que foi aplicado



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 em Curitiba – PR, pois este garantiria a assistência aos usuários, além de tranquilidade e
242 estabilidade aos funcionários. Sra. Wilma colocou que o modelo aprovado pelo Conselho
243 Municipal de Saúde foi o de Autarquia e não o de Fundação. Questionou as estimativas
244 do impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal, argumentando que estas não levaram em
245 conta a arrecadação do Município. Sr. Gerardo solicitou que a comissão apresente o
246 cronograma com os dois modelos, para análise e votação do Conselho. Sr. Felipe relatou
247 os males pelos quais padecem as Fundações e a necessidade de serem resgatados os
248 princípios do Sistema Único de Saúde. Sra. Izabel informou que houve um momento em
249 que o Conselho Municipal de Saúde aprovou o modelo de Fundação. Propôs convidar
250 novamente o Dr. Nelson para explicar aos conselheiros sobre o que é e como funciona
251 uma Fundação. Sr. Mariante não aceitou o relatório que foi apresentado sobre a
252 municipalização. Colocou que temos que garantir o SUS 100% público e estatal; que o
253 modelo de Fundação cria servidores de segunda classe e que o Conselho Municipal de
254 Saúde não é o lugar que sirva para executar o que o Executivo deseja. Sr. Porsani fez uso
255 da palavra para manifestar que o Conselho Municipal de Saúde tem muitas dúvidas entre
256 os modelos de Autarquia e Fundação. Considerou que o mais importante é manter o foco
257 e lutar por um Projeto de Lei de Municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde e
258 que este Projeto de Lei seja apresentado para discussão no Conselho. Sra. Terezinha
259 solicitou que os conselheiros tomassem muitos cuidados, pois o SUS que queremos é
260 100% público. Pelo adiantado da hora e feita à verificação de quorum a reunião foi
261 encerrada, ficando para a próxima reunião a apresentação das três moções que foram
262 encaminhadas para leitura e votação. Sem mais, eu Paulo André Sawazki, que secretariei
263 os trabalhos, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com os
264 conselheiros presentes.
265
266
267
268